

Um rumo para a Amazônia

Causou grande repercussão em todo o mundo a sombria previsão da revista *Science* de que 42% da floresta amazônica poderá estar no chão até 2020. É provável que esteja mesmo, se a política ambiental brasileira não começar a mudar já e uma dose muito maior de energia passe a ser empregada na contenção dos abusos que ali têm sido praticados.

No entanto, essa previsão de uma revista tão prestigiosa parece ter tido pelo menos um grande benefício: o de acelerar a avaliação ambiental do programa Avança Brasil.

Com investimentos de R\$ 73 bilhões na região em oito anos, esse programa prevê, para a Amazônia, gasodutos, hidrovias e estradas, em diferentes "eixos de desenvolvimento". Os impactos ambientais decorrentes podem ser enormes. Por isso, desde o lançamento do programa, o presidente Fernando Henrique Cardoso incumbiu o Ministério do Meio Ambiente (MMA) de realizar um zoneamento ecológico-econômico na área de influência desses eixos de desenvolvimento.

Mas o zoneamento não saiu. Como o Avança Brasil é um programa que vem do centro de decisões do governo e envolve vários ministérios, tem faltado força ao Ministério do Meio Ambiente para incomodar tanta gente poderosa e impor parâmetros e limites aos seus planos.

A péssima repercussão internacional da reportagem da *Science* parece ter dado um em-

purrãozinho providencial na retomada desse esforço de zoneamento. O Ministério do Planejamento anunciou uma licitação, para fazer a "análise ambiental estratégica" do Avança Brasil. Esse ministério fará a supervisão junto com o do Meio Ambiente e os recursos sairão do BNDES. Só os prazos preocupam: somados 6 meses para licitação e 12 para o estudo, a melhor das hipóteses é que tudo fique pronto quando este governo estiver terminando.

É preciso encurtar esse prazo. O zoneamento é um instrumento fundamental para definir vocações econômicas e restrições ambientais, apontando, para cada tipo de atividade, as áreas onde elas podem render melhor, com o menor impacto possível. Por isso tem de *anteceder* os projetos de desenvolvimento.

O desrespeito a essa seqüência lógica de iniciativas tem contribuído decisivamente para o desmatamento desenfreado da Amazônia onde a lei se limita a correr atrás dos fatos consumados em vez de servir para tentar ordená-los.

Madeireiros, garimpeiros, fazendeiros, sem-terra, prefeitos, comerciantes, índios e extrativistas seguem ocupando a região com lógicas próprias, boa parte deles na ilegalidade, dilapi-



dando um patrimônio natural inestimável e legando à sociedade brasileira os custos do desperdício e das vantagens efêmeras. Outra parte desses agentes atua na legalidade, com aspirações legítimas de progresso, mas frequentemente no lugar errado, porque lhes faltam as diretrizes de um bom zoneamento, antecedendo a instalação da fronteira econômica.

A única resposta possível a todos eles seria o ordenamento territorial, feito com a ajuda dos satélites e sistemas de informação geográfica. Essas tecnologias poderiam não apenas dar ao governo um plano lógico e coerente sobre o que é necessário preservar e o que pode ser aberto à exploração econômica – e com que limites –, como, também, as condições de fiscalizar – pelo monitoramento a distância – o cumprimento dessas normas. Isso poderia mudar o quadro que prevalece hoje, nas relações entre as autoridades ambientais e os ocupantes da Amazônia, de constatação de prejuízos irrevogáveis diante de fatos consumados.

O programa Avança Brasil abre a Amazônia para um novo patamar de exploração e de ameaças. E, por isso mesmo, não só uma "análise ambiental estratégica", mas também o zoneamento ecológico-econômico do projeto já deve-

riam estar prontos. Mas, em vez de traçar as diretrizes básicas nacionais para uma ocupação racional da Amazônia, o governo federal depositou nas mãos dos Estados a responsabilidade de produzir, cada um, o seu próprio zoneamento, como se o macrozoneamento federal pudesse resultar da soma desses. Ainda que todos fossem executados com isenção técnica, não poderia. E há sobradas razões para não se esperar

É preciso encurtar o prazo da análise ambiental da Amazônia

isenção técnica nessas pesquisas locais. O que mais pode explicar a divisão de um projeto, cuja lógica é geocológica por critérios políticos, do que as pressões dos

grupos de poder dos nove Estados da Amazônia Legal, onde a política e a exploração desenfreada da floresta frequentemente têm vivido uma da outra?

O macrozoneamento deve refletir o que o Brasil quer para a Amazônia. Deve ser a resposta às necessidades regionais de desenvolvimento sustentável e de proteção aos recursos naturais. Não pode ser uma colcha de retalhos das políticas estaduais, tão díspares entre si quanto os modelos de zoneamento estaduais até agora desenvolvidos.

INSTITUTO
SOCIOAMBIENTAL
Fonte: <i>CESP</i>
Data: 03/10/2001 Pg. A3
Class: A2E00054
Documentação